

Bernardo Strobel Guimarães  
Andréa Costa de Vasconcelos  
Ana Carolina Hohmann  
*Coordenadores*

*Prefácio*  
Pedro Scazufca

# NOVO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO

Belo Horizonte  
**FÓRUM**

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

#### Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virgínia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Camararoso
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvania Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (in memoriam)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

## FORUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira  
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo  
Aline Sobreira de Oliveira

Av. Afonso Pena, 2770 – 15ª andar – Savassi – CEP 30130-012  
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949  
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail [editorial@editoraforum.com.br](mailto:editorial@editoraforum.com.br) para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com AACR2

N945 Novo marco legal do saneamento / Bernardo Strobel Guimarães, Andréa Costa de Vasconcelos, Ana Carolina Hohmann (Coord.). – Belo Horizonte : Fórum, 2021.

432p. ; 17x24cm.

ISBN: 978-65-5518-151-7

1. Direito Administrativo. 2. Direito Municipal. 3. Direito Ambiental I. Guimarães, Bernardo Strobel. II. Vasconcelos, Andréa Costa de. III. Hohmann, Ana Carolina. IV. Título.

CDD: 341.3

CDU: 342.9

1193646

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

GUIMARÃES, Bernardo Strobel; VASCONCELOS, Andréa Costa de; HOHMANN, Ana Carolina (Coord.). *Novo marco legal do saneamento*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. 432p. ISBN 978-65-5518-151-7.

## SUMÁRIO

## PREFÁCIO

<b>Pedro Scazufca</b> .....	19
-----------------------------	----

APRESENTAÇÃO.....	21
-------------------	----

## CAPÍTULO 1

CONTRATAÇÕES DE PARCERIAS NO SETOR DE SANEAMENTO: REQUISITOS CONTRATUAIS, OBJETIVOS SETORIAIS, REMUNERAÇÃO DO PARTICULAR E SUBSÍDIOS E TUTELA DO ATENDIMENTO DAS METAS DE UNIVERSALIZAÇÃO

PRIMEIRAS IMPRESSÕES A RESPEITO DOS IMPACTOS DA LEI Nº 14.026/20 NAS ATIVIDADES DAS EMPRESAS ESTADUAIS DE SANEAMENTO: A QUESTÃO DA CONCORRÊNCIA COM AS EMPRESAS PRIVADAS	
<b>Karla Bertocco Trindade, Rafael Hamze Issa</b> .....	25
Introdução .....	25
1 Breve evolução das empresas estatais de saneamento básico no Brasil .....	26
1.1 O PLANASA e a concentração da prestação de serviços de saneamento básico nas empresas estaduais .....	27
1.2 O primeiro desafio à concentração: a Lei nº 11.445/07 e o ingresso de empresas privadas nas concessões de saneamento .....	28
1.3 A Lei nº 14.026/20 e a competição entre empresas públicas e privadas pelo mercado .....	29
2 Algumas reflexões a respeito do impacto da concorrência com as empresas privadas no âmbito das empresas estatais de saneamento no âmbito da Lei nº 14.026/20 .....	31
2.1 A exploração de serviços adjacentes ao saneamento básico.....	31
2.2 A competição pela prestação de serviços em todo o território nacional.....	34
Conclusões .....	35
Referências .....	36

## CAPÍTULO 2

## INVESTIMENTOS NO SETOR DE SANEAMENTO

## INVESTIMENTOS: AS OPORTUNIDADES NO SETOR DE SANEAMENTO

<b>Andre Gustavo Salcedo Teixeira Mendes, Beatriz Balbi Dauzacker</b> .....	39
Agenda ESG (ASG – Ambiental, Social e Governança).....	40
E como esta agenda se conecta com os mercados financeiros globais? .....	41
Potencial de investimentos .....	43
Um potencial não explorado – inovação no saneamento .....	44

## EMPRESAS ESTATAIS DE SANEAMENTO BÁSICO, NOVO MARCO LEGAL E PARCERIAS COM A INICIATIVA PRIVADA

<b>Bernardo Strobel Guimarães, Rafaella Krasinski Alves Pereira</b> .....	47
I Estatais e o novo marco legal .....	47
II Impactos do Novo Marco Legal.....	49
II.1 A proibição da contratação direta pelas estatais .....	49
II.2 A necessidade de internalização das metas de universalização e o dever de revisar os vínculos vigentes.....	50
II.3 Conclusão parcial: o novo marco legal exigirá eficiência e flexibilidade na atuação das estatais .....	52
III Lei das Estatais e suas premissas: uma lei moderna para empresas modernas .....	52
IV Estratégias de atuação das estatais no mercado de saneamento: instrumentos de cooperação das estatais com empresas privadas.....	54
V Conclusão.....	55
Referências .....	56

### CAPÍTULO 3

## LICITAÇÕES NO SETOR DE SANEAMENTO E OS DESAFIOS DE TRANSFERÊNCIA DE EFICIÊNCIA PARA O USUÁRIO

### EFICIÊNCIA NO SETOR DE SANEAMENTO: DESAFIO DO SETOR PÓS LEI Nº 14.026/20

<b>Carlos Werlang Lebelein</b> .....	59
1 Considerações do autor.....	59
2 Saneamento no Brasil em 2020.....	59
3 Os modelos de prestadores de serviço de saneamento existentes no Brasil .....	62
4 Aspectos práticos da Lei nº 14.026/20 .....	62
5 Desafios do setor pós Lei nº 14.026/20 .....	63
6 Considerações finais.....	66
Referências .....	66

### ATESTAÇÃO NAS LICITAÇÕES DE CONCESSÃO DE SANEAMENTO

<b>Renata Dantas, Rodrigo Pinto de Campos, Vera Monteiro</b> .....	67
1 Introdução .....	67
2 Incentivo ao privado que quer investir no setor de saneamento .....	69
3 Editais de saneamento: entre o moderno e o tradicional .....	73
4 Fundamentos jurídicos da proposta.....	74
5 Conclusão .....	76
ANEXO.....	77
Edital ARTESP Concorrência Internacional 1/2019 (Lote PiPa): .....	77

## CAPÍTULO 4

## NOVA REGULAÇÃO NO SETOR DE SANEAMENTO BÁSICO: PAPEL DA ANA, SITUAÇÃO DOS ENTES REGULADORES REGIONAIS E MUNICIPAIS, CONCEITO DE NORMAS DE REFERÊNCIA E ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO

## DESAFIOS DA REGULAÇÃO NO NOVO CENÁRIO DO SANEAMENTO NO BRASIL

<b>Anton Schwyter</b> .....	83
Introdução .....	83
O Novo Marco do Saneamento Básico.....	84
Referências .....	91

## ANA – A FEDERALIZAÇÃO REGULATÓRIA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO E O FORTALECIMENTO DAS AGÊNCIAS

<b>Caio Augusto Nazário de Souza</b> .....	93
I    Introdução.....	93
II   As premissas regulatórias brasileiras e a reserva legislativa regulatória em matéria de saneamento básico.....	94
III  A federalização do modelo e a competência regulatória da Agência Nacional de Águas: um passo para o fim da captura política.....	99
IV  Conclusão .....	103
Referências .....	103

## NOVO MARCO REGULATÓRIO DO SANEAMENTO: QUALIDADE REGULATÓRIA E O DESAFIO DA CAPACITAÇÃO DAS AGÊNCIAS LOCAIS

<b>Edgar Perloti, Andre Luís Pinto da Silva</b> .....	105
Referências .....	109

## O CONTROLE JUDICIAL DE REGIMES TARIFÁRIOS E O NOVO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO

<b>Fernando Nogueira</b> .....	111
1    Introdução.....	111
2    Controle de atos administrativos em geral pelo Poder Judiciário.....	112
3    Atos normativos expedidos em virtude da atividade regulatória e controle judicial ...	113
4    As atribuições conferidas às agências reguladoras no Novo Marco Legal do Saneamento .....	113
5    O ônus do julgador e a Lei de Introdução às Normas do Direito brasileiro .....	114
6    Doutrina “Chenery” e sua aplicação no Superior Tribunal de Justiça.....	115
7    Análise de caso concreto: Tema 414 dos recursos repetitivos do Superior Tribunal de Justiça.....	116
8    Impacto do Novo Marco Legal do Saneamento .....	117
Conclusão .....	118
Referências .....	118

## AS AGÊNCIAS REGULADORAS E EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO AO NOVO MARCO REGULATÓRIO DO SANEAMENTO

<b>Hélio Luiz Castro</b> .....	121
Introdução .....	121
Atribuição à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) de competências para instituir normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico .....	122
Eficiência obtida por meio de processos licitatórios .....	124
Conclusão .....	126

## ANA E A REGULAÇÃO DO SANEAMENTO

<b>Jerson Kelman, Paulo Canedo</b> .....	127
Introdução .....	127
ANA .....	127
O modelo francês de gestão de recursos hídricos .....	128
Divisão do território em blocos para prestação e regulação do serviço.....	130
Planejamento.....	131
Contrato de concessão.....	132
Considerações finais .....	134

## NORMAS DE REFERÊNCIA DA ANA E REGULAÇÃO DO SANEAMENTO: LIMITES E POSSIBILIDADES À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

<b>José Vicente Santos de Mendonça, Luciana Janes Carneiro</b> .....	137
1    Introdução.....	137
2    Critérios para a resolução de conflitos de competências comuns e concorrentes e limites para competência da União de estabelecimento de normas gerais .....	140
3    Limites ao poder normativo das agências reguladoras (com atenção ao caso das normas de referência da ANA).....	141
4    Alguns casos .....	142
5    Afinal, o que podem ser as normas de referência? .....	145

## O PROTAGONISMO DA REGULAÇÃO NA APLICAÇÃO EFICIENTE DE CAPITAL NO SETOR DE SANEAMENTO NO BRASIL: UM VISLUMBRE DO FUTURO

<b>Leandro Delvan Domaredzky</b> .....	147
1    O setor de saneamento no Brasil em 2020 .....	147
2    Regulação, tarifas e investimento em empresas de serviços públicos de rede .....	147
3    A evolução regulatória das empresas de distribuição de energia no setor elétrico brasileiro.....	148
4    Um vislumbre do futuro no setor de saneamento no Brasil.....	151
Considerações finais .....	152
Referências .....	153

<b>A ADOÇÃO DA AIR QUANDO DA PRODUÇÃO DE NORMAS DE REFERÊNCIA PELA ANA</b>	
<b>Patricia Pessoa Valente, Giovanna Micali</b>	155
1	Introdução.....155
2	O fundamento constitucional do poder normativo da ANA.....156
3	As balizas para a produção das normas de referência.....159
4	Processo normativo e a AIR.....160
5	Conclusão.....165

<b>A HISTÓRICA CONTROVÉRSIA FEDERATIVA SOBRE A TITULARIDADE DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO E AS INOVAÇÕES TRAZIDAS PELA LEI Nº 14.026/2020: NORMAS DE REFERÊNCIA DA ANA E INCENTIVOS À REGIONALIZAÇÃO</b>	
<b>Patricia Regina Pinheiro Sampaio, Carolina Barros Fidalgo</b>	167
I	Introdução.....167
■	A partilha constitucional de competências em saneamento e a ADI nº 1.842.....169
II.1	Os dispositivos constitucionais aplicáveis ao tema.....169
II.2	O julgamento da ADI nº 1.842.....169
III	As soluções criadas pelo Novo Marco Legal do Saneamento Básico (Lei Federal nº 14.026/2020): concentração da competência regulatória de elaboração de normas de referência na ANA e incentivos à gestão regionalizada.....171
III.1	O novo papel da ANA.....172
III.2	O incentivo à prestação regionalizada.....173
■.3	As ADIs nºs 6.536 e 6.492.....175
	Conclusão.....176
	Referências.....176

## CAPÍTULO 5

### PLANEJAMENTO NO SETOR DE SANEAMENTO BÁSICO E ESTRUTURAÇÃO DE PROJETOS

<b>PLANEJAMENTO E ESTRUTURAÇÃO DE PROJETOS NO NOVO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO BÁSICO- CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE OS IMPACTOS DOS NOVOS DISPOSITIVOS NA DINÂMICA MUNICIPAL</b>	
<b>Francisco Dionisio Alpendre dos Santos</b>	181
1	Introdução.....181
2	O fim dos contratos de programa e a mudança da dinâmica decisória local.....182
2.1	A diminuição do “abafa” dos poderes estaduais.....183
2.2	Nova lógica de planejamento municipal: contratos vencidos.....184
3	A nova força do EVTEA.....185
4	Conclusão.....187
	Referências.....188

<b>PLANEJANDO CONCESSÕES DE SANEAMENTO BÁSICO: BOAS PRÁTICAS NA ESTRUTURAÇÃO DE PROJETOS</b>	
<b>Pedro Henrique Braz de Vita, Murilo Taborda Ribas</b> .....	189
Introdução .....	189
1    O protagonismo legal dos contratos de concessão e a necessidade de repensar o planejamento de projetos de saneamento básico .....	190
2    O planejamento dos serviços públicos de saneamento básico .....	191
3    Planejando os contratos de concessão de saneamento básico: cautelas e boas práticas na estruturação de projetos .....	194
3.1 Aspectos setoriais na estruturação de projetos de saneamento básico .....	194
3.1.1 Prestação regionalizada dos serviços de saneamento e a articulação interfederativa ...	194
3.1.2 As metas de universalização e a sustentabilidade econômico-financeira dos projetos.	196
3.1.3 As PPPs de companhias estaduais e a convivência com os contratos de programa .....	196
3.2 Outros aspectos relevantes na estruturação de projetos de saneamento básico.....	197
3.2.1 Cláusulas contratuais obrigatórias .....	198
3.2.2 Garantias ao parceiro privado.....	201
3.2.3 Sistema de remuneração .....	203
4    Considerações finais .....	205
Referências .....	205

## CAPÍTULO 6

### PRESTAÇÃO REGIONALIZADA E SEUS MODELOS

<b>A PRESTAÇÃO REGIONALIZADA DO SERVIÇO PÚBLICO DE SANEAMENTO BÁSICO NO ÂMBITO DO NOVO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO: GESTÃO ASSOCIADA E GOVERNANÇA INTERFEDERATIVA</b>	
<b>Ana Carolina Hohmann</b> .....	209
A concepção de prestação regionalizada de serviços públicos.....	210
A prestação regionalizada do serviço público de saneamento básico .....	220
A prestação regionalizada do serviço público de saneamento básico na Lei Federal nº 11.445/07 e as inovações trazidas pelo Novo Marco Legal do Saneamento Básico ...	224
Conclusões .....	229
Referências .....	230
<b>A NOVA INSTITUCIONALIZAÇÃO NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO SEM A FIGURA DOS CONTRATOS DE PROGRAMA</b>	
<b>Andréa C. de Vasconcelos, Olívia Borges</b> .....	233
I    Introdução .....	233
II   Notas preliminares: formas de prestação de serviços públicos de saneamento básico.	235
II.I Gestão associada de serviços públicos.....	236
II.II Convênio de cooperação entre entes federados.....	236
II.III Contrato de programa .....	237
III  A alteração nas formas de prestação de serviços públicos de saneamento básico.....	238
III.I Permanência em vigor dos contratos de programa regulares.....	238



IV	Vedação a um “regime de transição” .....	239
IV.I	Possíveis consequências da não existência de um regime de transição.....	240
V	Conclusão .....	242
	Referências .....	242

## EXERCÍCIO CONJUNTO DE TITULARIDADE POR ESTADOS E MUNICÍPIOS NO NOVO MARCO REGULATÓRIO DO SANEAMENTO

<b>Bruna Crystie Gregio Dias</b> .....	243
Introdução .....	243
1 Aspectos sobre a titularidade dos serviços de saneamento básico.....	244
1.1 Exercício da titularidade por meio de colegiado interfederativo previsto pelas Medidas Provisórias nº 844 e nº 868 .....	245
2 Prestação de serviços de saneamento por companhias estaduais e descentralização administrativa .....	246
3 Titularidade dos serviços de saneamento na Lei nº 14.026/2020 e a vedação aos contratos de programa com companhias estaduais de saneamento .....	248
3.1 Contrato de programa, prestação de serviços por entidade que integre a administração do titular e licitação prévia .....	249
4 Gestão associada e o Novo Marco Regulatório do Saneamento .....	251
5 Considerações finais .....	252
Referências .....	253

## A PRESTAÇÃO REGIONALIZADA E A GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO

<b>Érica Miranda dos Santos Requi</b> .....	255
1 Introdução .....	255
2 A prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento .....	257
2.1 A Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.842 e a prestação regionalizada de serviços .....	257
2.2 A prestação regionalizada de serviços no novo marco do saneamento .....	258
3 A instituição de consórcios públicos intermunicipais .....	260
3.1 A gestão associada de serviços públicos de saneamento no novo marco .....	260
3.2 Contrato de programa no novo marco: a vedação .....	261
3.3 A gestão associada dos serviços públicos por meio de consórcios públicos.....	263
4 Conclusão .....	264
Referências .....	265

## A PRESTAÇÃO REGIONALIZADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO

<b>Marcelo de Aquino</b> .....	267
1 Introdução .....	267
2 Os diversos serviços públicos de saneamento básico e seus componentes .....	268
3 A titularidade dos serviços de saneamento básico e seu exercício .....	269
4 O estímulo à prestação regionalizada dos serviços de saneamento .....	271
5 A estruturação da prestação regionalizada dos serviços de saneamento .....	271
6 Conclusões .....	272

## O DESAFIO DO FINANCIAMENTO PARA A REGIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

<b>Rosane Meira de Menezes Lohbauer, Fernando Bernardi Gallacci</b> .....	275
I Breves apontamentos dos arranjos de prestação regionalizada na Lei nº 14.026/2020...	277
II Desafios para o financiamento de estruturas regionalizadas.....	279
III Desafios para financiamento de estruturação de projetos público-privado.....	282
IV Conclusões .....	283
Referências .....	283

## A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO MEDIANTE CONTRATO DE PROGRAMA

<b>Wladimir Antônio Ribeiro</b> .....	285
I Introdução.....	285
II A gestão associada de serviços públicos.....	287
III O contrato de programa e a prestação de serviços públicos .....	290
IV O contrato de programa no saneamento básico .....	297
V Conclusões .....	300
Referências .....	300

## CAPÍTULO 7

### PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DO NOVO MARCO LEGAL

#### O NOVO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO BÁSICO – PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

<b>Inaê Lobo</b> .....	305
Introdução .....	305
A Lei nº 11.445/2007 e o Plano Nacional de Saneamento Básico.....	310
Do marco legal.....	311
Das atribuições da ANA .....	312
Dos contratos de concessão .....	313
Dos blocos de municípios.....	313
Do comitê interministerial de saneamento.....	314
Dos resíduos sólidos .....	314
Da prestação dos serviços .....	314
Conclusão .....	315
Referências .....	316

#### PRINCÍPIOS E OBJETIVOS NORTEADORES DO SANEAMENTO BÁSICO: DO GLOBAL AO NACIONAL

<b>Tais Mariana Lima Pereira, Vladimir Oliveira da Silveira</b> .....	317
Introdução .....	317
1 A premência do debate sobre saneamento .....	318
2 O saneamento na agenda global: o nascimento de um novo Direito.....	319

3	A visão brasileira sobre o saneamento espelhada nos princípios e objetivos do novo marco legal.....	323
	Conclusão.....	327
	Referências.....	328

## CAPÍTULO 8

### REGIME LEGAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS: REMUNERAÇÃO DO PRESTADOR E ATERROS SANITÁRIOS

<b>TAXA DO LIXO E DA CHUVA: UM ENSAIO SOBRE OS DESAFIOS PARA A INSTITUIÇÃO DESSE TIPO DE CONTRAPARTIDA NO ÂMBITO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO</b>		
<b>Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho.....</b>		<b>333</b>
1	Introdução.....	333
2	Sobre a dificuldade em se cobrar por alguns serviços públicos e o efeito perverso de tal impasse sobre sua organização adequada.....	336
3	Novo marco do saneamento: previsão de contrapartidas pelo serviço de coleta de lixo e pelo relacionado ao manejo de águas da chuva.....	337
3.1	Art. 29 da Lei nº 11.445/2007.....	340
3.2	Desafios para o desenho adequado dessas contrapartidas e o fantasma da sua judicialização viral atomizada.....	341
4	Conclusão.....	345
	Referências.....	346

## CAPÍTULO 9

### SOLUÇÕES DE LITÍGIOS: ARBITRAGEM NO SETOR DE SANEAMENTO

<b>O NOVO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO E A POSSIBILIDADE DE RESOLUÇÃO DE DISPUTAS E CONFLITOS POR MEIO DA ARBITRAGEM E DA AÇÃO ARBITRAL DA ANA</b>		
<b>Aldem Johnston Barbosa Araújo.....</b>		<b>351</b>
1	Introdução.....	351
2	A arbitragem nos contratos de concessão a serem celebrados à luz do Novo Marco Legal do Saneamento Básico.....	352
3	A ação arbitral da ANA nos contratos de concessão a serem celebrados à luz do Novo Marco Legal do Saneamento Básico.....	358
4	Considerações finais.....	359

### ARBITRAGEM NO NOVO MARCO DO SANEAMENTO BÁSICO

<b>Felipe Henrique Braz, Daniel Borda.....</b>		<b>361</b>
1	A arbitragem em litígios envolvendo o Poder Público e projetos de infraestrutura.....	361

2	Consolidação normativa da possibilidade de arbitragem em conflitos envolvendo a Administração Pública .....	362
3	Norma explícita para o uso da arbitragem nos contratos de saneamento básico .....	365
4	Experiência anterior do uso da arbitragem no setor de saneamento .....	366
5	Questões sobre a elaboração da convenção arbitral.....	367
5.1	Cláusula cheia e preferência pela arbitragem institucional à <i>ad hoc</i> .....	367
5.2	O momento da escolha da câmara arbitral.....	369
6	A atuação “arbitral” da ANA.....	373
7	Considerações finais .....	374
	Referências .....	374

## A MEDIAÇÃO E A ARBITRAGEM DOS CONFLITOS NO SETOR DE SANEAMENTO BÁSICO À LUZ DA LEI FEDERAL Nº 14.026/20

<b>Gustavo Justino de Oliveira, Kaline Ferreira .....</b>	<b>377</b>
---	------------

1	O “ <i>aggiornamento</i> ” do Marco Legal do Saneamento Básico pela Lei Federal nº 14.026/20.....	377
2	O espaço da mediação e da arbitragem na resolução dos conflitos referentes à prestação dos serviços de saneamento básico na Lei Federal nº 14.026/20: a relevância do “sistema de justiça multiportas” (NCPC, art. 3º, §3º), da tutela administrativa efetiva e autocomposição (CF art. 5º, incs. LIV, LV e LXXVIII) e do consensualismo e “compromisso negocial” da LINDB (Lei Federal nº 13.655/18, art. 26) como diretrizes hermenêuticas .....	378
2.1	Panorama geral do enquadramento jurídico-normativo da mediação e da arbitragem no setor público.....	379
3	A mediação no novo marco legal do saneamento e o papel da ANA.....	382
3.1	A mediação como elemento intrínseco da atividade regulatória .....	384
3.2	As agências reguladoras brasileiras e as suas estruturas de resolução consensual de conflitos: uma construção ainda insuficiente.....	386
4	A arbitragem no Novo Marco Legal do Saneamento Básico.....	389
4.1	A “ <i>ação arbitral</i> ” da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA (atual redação do art. 4º-A, §5º, da Lei Federal nº 9.984/2000) .....	389
4.2	A “arbitragem como mecanismo privado para resolução de disputas decorrentes dos contratos que envolvem a prestação dos serviços públicos de saneamento básico” (atual redação do art. 10-A, §1º, da Lei Federal nº 11.445/07).....	394
5	Sinalizações finais .....	397
	Referências .....	397

ANEXO.....	401
------------	-----

SOBRE OS AUTORES.....	429
-----------------------	-----